



No Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,

à CCJ e à CEOF.

Em 22/09/99

Itamar Pinheiro Lima

Itamar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC 355 /99
(Do Sr. Dep. Distrital WILSON LIMA – PSD/DF)

Dispõe sobre a mudança de destinação dos lotes comerciais da Quadra 23, do Setor Oeste do Gama – RA II, ampliando o seu uso para residencial, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º – Fica alterada a destinação dos lotes comerciais da Quadra 23, do Setor Oeste do Gama – RA II, ampliando o seu uso para residencial.

Art. 2º - O Poder Executivo, no prazo de trinta dias da entrada em vigor desta Lei Complementar, adotará as providências necessárias com vistas ao seu fiel cumprimento.

Art. 3º – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PLC n.º 355/1999
Fls. n.º 01 JTA

A mudança de destinação dos lotes comerciais da Quadra 23, do Setor Oeste do Gama, isto é, ampliando o seu uso para residência, irá revitalizar substancialmente o setor hora só comercial.

A desafetação em tela servirá para disponibilizar mais unidades residenciais perante o mercado imobiliário e em decorrência disto, baixando-se os preços dos aluguéis consideravelmente evitando-se assim, a permanência de lojas fechadas pela atual conjuntura causando uma imagem de abandono e aparência de cidade fantasma.

0101551199 0-000



A utilização dessas áreas, irá revitalizar sensivelmente o setor imobiliário com a oferta de mais unidades e adensamento residencial.

Além disso, cabe a esta Câmara Legislativa legislar sobre assuntos de interesse local. A Lei Orgânica do Distrito Federal, por sua vez, estabelece, no seu Art. 58, que:

“Cabe à Câmara Legislativa, com a sanção do Governador, não exigida esta para o especificado no Ar. 60 da Lei Orgânica, dispor sobre as matérias de competência do Distrito Federal, especialmente sobre:

.....
IX – planejamento e controle do uso, parcelamento, ocupação do solo e mudança de destinação de áreas urbanas, observado o disposto nos arts. 182 e 183 da Constituição Federal.”

Espero que a presente proposição mereça a aprovação por parte de meus ilustres pares para que a nossa proposta alcance o seu objetivo.

Sala das Sessões,

de agosto de 1999.


WILSON LIMA
Deputado Distrital – PSD/DF

